

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

**Avaliação, Políticas e Expansão
da Educação Brasileira 2**



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A945 Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-477-1

DOI 10.22533/at.ed.771191007

1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 379.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PERCEPÇÃO DOCENTE SOBRE O USO DE AULAS PRÁTICAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Magno Marcio de Lima Pontes Maria do Socorro da Silva Batista Francisca Adriana da Silva Bezerra Wilca Maria de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7711910071	
CAPÍTULO 2	12
A EDUCAÇÃO DO CAMPO: BREVES RELATOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO AMBIENTE RURAL	
Bruna Shirley Gobi Pradella	
DOI 10.22533/at.ed.7711910072	
CAPÍTULO 3	22
A ESCOLA AVANÇADA DE ENGENHARIA MECATRÔNICA COMO LABORATÓRIO DA GRADUAÇÃO	
Gustavo Alencar Bisinotto Rodrigo Pereira Abou Rejaili Victor Pacheco Bartholomeu Juliana Martins de Oliveira Caio Garcia Cancian Luis Felipe Gomes de Oliveira Diego Augusto Vieira Rodrigues Pietro Teruya Domingues Tito Martini de Carvalho Daniel Leme de Marchi Ruan Machado Coelho Rossato Thiago Yatoki Takabatake Guilherme Augusto Rodrigues Passos Arthur Alves Tasca Bruna Sayuri de Souza Suzuki Paolla Furquim Daud Victor Siqueira Chaim Diolino José dos Santos Filho Lucas Antonio Moscato	
DOI 10.22533/at.ed.7711910073	
CAPÍTULO 4	30
A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE PRÁTICA NO ENSINO DE GEOCIÊNCIAS: UMA ABORDAGEM NO CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS NA VISÃO DOS ESTUDANTES	
Hayanne Lara de Moura Cananéia Cibele Tunussi Lucas Alves Corrêa Carlos Henrique de Oliveira Severino Peters	
DOI 10.22533/at.ed.7711910074	
CAPÍTULO 5	38
A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LETRAMENTO, CULTURA E PRAZER	
Fabiano Carneiro Alexandre Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.7711910075	

CAPÍTULO 6	50
A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	
Bruna da Rosa Sedrez Júlio Leandro da Silva Pereira Rodrigo Jappe Tanier Botelho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7711910076	
CAPÍTULO 7	59
CADEIAS DE ATOS DOS DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE DESENHO DA UFPR (1998-2008)	
Rossano Silva Adriana Vaz Francine Aidie Rossi	
DOI 10.22533/at.ed.7711910077	
CAPÍTULO 8	70
CANAL PÕE NO BÉQUER: DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DA QUÍMICA	
Aline Machado Zancanaro Luiz Humberto Silva Malheiros Agnaldo de Paula Pereira Cândida Alíssia Brandl Cainã Strücker	
DOI 10.22533/at.ed.7711910078	
CAPÍTULO 9	74
CARACTERÍSTICAS DO PCK NO ENSINO UNIVERSITÁRIO DE TRANSFORMAÇÕES QUÍMICAS	
Marcia Teixeira Barroso Nedja Suely Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.7711910079	
CAPÍTULO 10	83
DESENVOLVIMENTO DE UM JOGO EDUCATIVO PARA O ESTUDO DE FÍSICA	
Mateus da Silveira Colissi Gabriel Rossi Zanini Ricardo Frohlich da Silva Anderson Ellwanger Guilherme Chagas Kurtz Iuri Marques	
DOI 10.22533/at.ed.77119100710	
CAPÍTULO 11	89
EDUCAMPO E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: RESSIGNIFICANDO EXPERIÊNCIAS	
Siméia Tussi Jacques Graziela Franceschet Farias Liane Teresinha Wendling Roos Bruna Lara Moreira Zottis	
DOI 10.22533/at.ed.77119100711	

CAPÍTULO 12	98
ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA SOB A PERSPECTIVA DA MODELAGEM MATEMÁTICA	
Patricia Santana de Argôlo Márcia Jussara Hepp Rehfeldt Ítalo Gabriel Neide	
DOI 10.22533/at.ed.77119100712	
CAPÍTULO 13	109
ESTUDO COMPARADO DE DOCUMENTOS CURRICULARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A REGIÃO CENTRO-OESTE EM FOCO	
Christiane Caetano Martins Fernandes Fabiany de Cássia Tavares Silva	
DOI 10.22533/at.ed.77119100713	
CAPÍTULO 14	119
IMAGEM E AÇÃO ADAPTADO PARA O ENSINO DE BIOLOGIA: UMA FORMA LÚDICA DE ENSINO	
Camila de Souza Cardoso Ana Paula Elias Borges Ana Elisa do Prado Boschim Regisnei Aparecido de Oliveira Silva Neydson Soares Santana	
DOI 10.22533/at.ed.77119100714	
CAPÍTULO 15	123
INGRESSO E EVASÃO NA MATEMÁTICA DA UFPR: UMA INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA INICIAL	
Gustavo Biscaia de Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.77119100715	
CAPÍTULO 16	139
INTERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: VIVENCIANDO A ENGENHARIA QUÍMICA COM ALUNOS DE ENSINO MÉDIO	
Henrique Larocca Carbonar Matheus Lopes Demito Elis Regina Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.77119100716	
CAPÍTULO 17	153
MULTIMODALIDADE REPRESENTACIONAL E O ENSINO DE FÍSICA	
Leonardo Batisteti Silva	
DOI 10.22533/at.ed.77119100717	
CAPÍTULO 18	163
O CINEMA E O DEBATE AMBIENTAL NO COLÉGIO TÉCNICO DA UFRRJ: DAS RODAS DE CONVERSA AO OCUPA-CTUR, UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR A PARTIR DA LEI 13.006/2014	
Wellington Augusto da Silva Adriana Maria Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.77119100718	

CAPÍTULO 19	173
O ENSINO DE ZOOLOGIA EM UMA ABORDAGEM INVESTIGATIVA	
Natália de Andrade Nunes Alessandra Dias Costa e Silva Juliane Cristina Ribeiro Borges de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.77119100719	
CAPÍTULO 20	181
PANORAMA DE UM ESTUDO SOBRE A FATORAÇÃO	
Míriam do Rocio Guadagnini Marlene Alves Dias Valdir Bezerra dos Santos Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.77119100720	
CAPÍTULO 21	188
PERCEPÇÕES, ATITUDES E PRÁTICAS ENTRE TRABALHADORES DE HOSPITAIS BRASILEIROS	
Leonardo de Lima Moura Claudio Fernando Mahler Viktor Labuto Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.77119100721	
CAPÍTULO 22	198
PESQUISA-ENSINO: A SISTEMATIZAÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO COMO EIXO EPISTEMOLÓGICO NO ENSINO DE FÍSICA NO ENSINO MÉDIO	
Paulo Sérgio Maniesi Pura Lúcia Oliver Martins	
DOI 10.22533/at.ed.77119100722	
CAPÍTULO 23	206
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL E INTERDISCIPLINARIDADE NA UNIVERSIDADE: ESTUDO DE CASO SOBRE PET CIÊNCIAS RURAIS (UFSC/SC/BR)	
Zilma Isabel Peixer Andréia Nunes Sá Brito Estevan Felipe Pizarro Muñoz Luis Alejandro Lasso Gutierrez	
DOI 10.22533/at.ed.77119100723	
CAPÍTULO 24	217
PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO ENSINO, SERVIÇO E COMUNIDADE: EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NO CURSO DE MEDICINA	
Vinícius Gonçalves de Souza Isabella Polyanna Silva e Souza Francisco Inácio de Assis Neto Nátaly Caroline Silva e Souza Edlaine Faria de Moura Villela	
DOI 10.22533/at.ed.77119100724	
CAPÍTULO 25	223
Q-MEMÓRIA: UM JOGO DA MEMÓRIA DIGITAL PARA O ESTUDO DE QUÍMICA NO ENSINO MÉDIO	
David Wesley Amado Duarte Igor William Pessoa da Silva Ana Karinne Feitosa Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.77119100725	

CAPÍTULO 26	231
REFLEXÕES E APONTAMENTOS DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL	
Ana Lydia Sant'Anna Perrone	
DOI 10.22533/at.ed.77119100726	
CAPÍTULO 27	238
METODOLOGIA DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS EM MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Ederson Witt	
João Henrique Gelbcke	
DOI 10.22533/at.ed.77119100727	
CAPÍTULO 28	252
SHOW DA QUÍMICA: APRENDENDO QUÍMICA DE FORMA DIVERTIDA	
Juciely Moreti dos Reis	
Fabírcia Rilene de Sousa Silva	
Glauce Angélica Mazlom	
DOI 10.22533/at.ed.77119100728	
SOBRE O ORGANIZADOR	258

A EDUCAÇÃO DO CAMPO: BREVES RELATOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO AMBIENTE RURAL

Bruna Shirley Gobi Pradella

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE

Foz do Iguaçu – Paraná

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar um histórico da Educação do Campo no Brasil, desde os primeiros movimentos em sua defesa, com o ENERA – Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, e o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária; seu aparecimento na LDB 9394/96; até os dias atuais, com algumas políticas e, além disso, com a explanação acerca da realidade de uma Escola do Campo: o Colégio Estadual do Campo Maralucia, Ensino Fundamental e Médio, localizado no município de Medianeira – Paraná. Tal pesquisa se justifica pela curiosidade de investigação acerca do ensino de Língua Portuguesa no ambiente rural, advindo da conclusão de uma Especialização em Educação do Campo, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, em 2017, momento em que, durante a pesquisa para o desenvolvimento da Monografia, foi perceptível o preconceito que há em relação à Educação do Campo, oriundo de um imaginário, de um senso comum, que desconhece sua realidade, seu contexto, suas lutas. Metodologicamente, valemo-nos

do Estudo de Caso, uma vez que buscamos analisar um acontecimento contemporâneo em seu contexto real (YIN, 2010), além de termos base em autores como Platão e Fiorin (1990; 1999); Marcuschi (2000; 2008); Saviani (2013); Souto Maior (2001); Martins (2007); Bakhtin (2011); Ghellere (2014); França (2010); Caldart (2009), entre outros. Ao término, teceremos breves reflexões acerca do ensino de Língua Portuguesa nesse ambiente de aprendizagem, apresentando algumas relações com o ‘ensino urbano’.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; Língua Portuguesa; Escola do Campo.

ABSTRACT: This article has the objective to present a record of the countryside education in Brazil, since the first defense moves, like the ENERA – National Meeting of the Educators of Agrarian Reform; and the PRONERA – National Program for Education in Agrarian Reform; their appearance in the LDB 9394/96; until current days, with some politics and, beyond that, with explanation about the reality of a Countryside School: the State Countryside School Maralucia, Elementary and High School, located in the municipality of Medianeira – Paraná. Such research is justified by the curiosity of investigation about the Portuguese language teaching in the rural environment, coming from the conclusion of an Countryside Education

Specialization, by the State University of Western Paraná – UNIOESTE, in 2017, when, during the research for the development of the Monograph, was noticeable the prejudice against the Countryside Education, from an imaginary, of a common sense, which does not know its reality, its context, its struggles. Methodologically, we use the Case Study, since we are seeking to analyze a contemporary event in its real context (YIN, 2010), besides having a basis in authors like Platão and Fiorin (1990; 1999); Marcuchi (2000; 2008); Saviani (2013); Souto Maior (2001); Martins (2007); Bakhtin (2011); Ghellere (2014); França (2010); Caldart (2009), among others. At the end, we make brief reflections about the Portuguese language teaching in this learning environment, presenting some relations with ‘urban education’.

KEYWORDS: Countryside Education; Portuguese Language; Countryside School.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo, que é um breve recorte de minha monografia de conclusão de Especialização em Educação do Campo, tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca do Ensino de Língua Portuguesa, mais especificamente da produção textual, numa escola do Campo. A pesquisa em questão surgiu devido à realização de uma Especialização em Educação do Campo e disso a curiosidade em relação às produções de texto oriundas deste ambiente.

Apresentaremos, aqui, o contexto da Educação do Campo, sua legislação e definição, teoria embasada em Caldart; Frigotto; Aroyo e no Caderno da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC (2007).

O ambiente de pesquisa é o Colégio Estadual do Campo Maralucia, situado no município de Medianeira – PR. O Colégio foi escolhido após a realização de uma visita técnica, durante as aulas do Curso de Especialização em Educação do Campo, para conhecer sua realidade e suas práticas.

Ademais, apresentaremos a metodologia e a fundamentação teórica que embasou a pesquisa. Segundo a perspectiva Bakhtiniana, conceituaremos Gêneros Textuais, além disso, valemo-nos do Estudo de Caso, pois procuramos analisar um acontecimento contemporâneo em seu contexto real (YIN, 2010). Utilizaremos, ainda, os seguintes autores: Platão e Fiorin (1990; 1999); Marcuschi (2000; 2008); Saviani (2013); Souto Maior (2001); França (2010).

2 | A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Segundo o Caderno SECAD, em 1960, com o objetivo de atender aos interesses da elite brasileira, que estava preocupada com o aumento do número de favelados nas periferias dos centros urbanos, foi adotada, como estratégia do Estado para contenção do fluxo migratório Campo > Cidade, a Educação do Campo. Na década de 80, num processo de resistência à ditadura militar, esse tema foi incluído na pauta

de estratégias para a redemocratização do país. O objetivo era reivindicar e construir um modelo de educação sintonizado às particularidades culturais, direitos sociais e necessidades próprias dos camponeses.

Um dado que deve ser frisado, segundo Vendramini & Sapelli:

Em 1964 – 75,03% (de 7 a 11 anos) e 73,07% (12 a 14 anos) das pessoas do campo estavam fora da escola, enquanto que 24,96% (7 a 11 anos) e 26,92% (12 a 14 anos) das pessoas da cidade estavam fora da escola (VENDRAMINI & SAPELLI, 2014, p. 92).

Para Munarim (2010, p. 10), a Educação do Campo se trata de uma educação forjada a partir da luta pela terra e por políticas públicas empreendidas pelos movimentos e organizações sociais do campo, onde se destacam as ações do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre outras. A partir dessas mobilizações, a Constituição de 1988 consolidou o compromisso do Estado e da sociedade em promover a educação para todos, garantindo e adequando a educação às singularidades culturais e regionais. Ainda segundo o Caderno SECAD (2007),

Em complemento, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece uma base comum a todas as regiões do país, a ser complementada pelos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino e determina a adequação da educação e do calendário escolar às peculiaridades da vida rural e de cada região (Caderno SECAD/MEC, 2007, p. 12).

Em julho de 1997, apoiado pelo MST, pelo Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (UNESCO), e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), aconteceu o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – ENERA. Na oportunidade, foi concluído que seria necessária uma articulação entre os trabalhos em desenvolvimento acerca da temática e sua multiplicação, pois se conhecia a situação deficitária da oferta educacional no campo, que era agravada pela ausência de políticas públicas específicas.

Posterior ao ENERA, foi designado um grupo para coordenar a criação de um projeto educacional das instituições de ensino superior nos assentamentos. Em 16 de abril de 1998, através da portaria nº. 10/98, foi criado o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária que, em 2001, foi incorporado ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio da portaria nº. 837.

Em 1998, foi criada a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”, que passou a gerir ações em nível nacional. Porém, isso não basta para que se conceba uma educação do campo e para o campo. É necessário, também, desconstruir preconceitos e estereótipos acerca das desigualdades entre o rural e o urbano, uma vez que, para Borges e Silva, “a Educação do Campo é uma concepção que compreende a possibilidade de mudanças da sociedade por meio do trabalho pedagógico”.

Em 03 de abril de 2002, foi instituída, através da resolução nº 1/2002, do CNE/

CEB, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que, segundo o texto de apresentação do MEC/SECAD (2004), era um “Processo inovador de construção de política pública na relação do Governo Federal com os governos estaduais e municipais, com a sociedade civil organizada e com os povos organizados do campo”. Nas Diretrizes Operacionais por uma Educação Básica nas Escolas do Campo, Art. 2º, Parágrafo Único, de 03 de abril de 2002, do Governo Federal, a identidade da escola do campo é definida:

pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (RESOLUÇÃO CNE/CEB 01/2002).

No ano de 2003, surgiram as primeiras escolas itinerantes no Estado do Paraná, sete anos após a criação das primeiras escolas itinerantes do Brasil, localizadas no Rio Grande do Sul.

Pensando na Educação do Campo, Costa (2012, p. 135) defende que ela “não deve se distanciar da cultura do homem do campo, deve preservar a sua identidade e os seus valores humanos e sociais”, corroborando, assim, com a LDB 9394/96, que, em seu Art. 20, aponta para a necessidade de calendário escolar próprio, adaptações curriculares e estruturais para atender as necessidades do campo, o que indica, novamente, o ‘dever’ de um modelo diferenciado, que possa, de certa forma, ‘suprir’ as necessidades do campo. Ainda acerca das particularidades dessa modalidade de ensino, o decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, em seu Art. 2, define como princípios:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Por fim, é importante ressaltar a diferença entre Educação do Campo e educação rural. Segundo Ghellere:

A primeira foi pensada para atender a diversidade existente no campo brasileiro, surgiu das lutas sociais e interessa a classe trabalhadora. Enquanto que a segunda está consentida nos princípios do capitalismo agrário, foi pensada pelas elites e tornou-se ao longo das décadas uma educação compensatória e excludente, pois trata os sujeitos do campo como pessoas ignorantes (GHELLERE, 2014).

Assim, fica evidente toda a preocupação e cuidados acerca da Educação do Campo, de trabalhar suas particularidades e diversidades, bem como os conhecimentos universais e não vê-la como um local de “pessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é o lugar do atraso” (PARANÁ, 2006, p. 24).

3 | COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO MARALUCIA ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Localizada no Distrito Administrativo Maralucia, em Medianeira, Paraná, o Colégio Estadual do Campo Maralucia Ensino Fundamental e Médio foi criado no ano de 1965 e, na época, atendia apenas ao que hoje se denomina Ensino Fundamental I (1º ou 5º ano).

A oferta do Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano) e do Ensino Médio só foi possível devido a grande manifestação e participação da comunidade escolar. A conquista veio em 11 de janeiro de 2007, através da Resolução nº 28.

Atualmente, o colégio atende cerca de 200 alunos, 95% pertencente à zona rural, atingindo todos os alunos em idade escolar, atendendo às comunidades vizinhas e ao distrito de Maralucia. A maior parte do alunado são filhos de agricultores, proprietários, arrendatários, boias frias e diaristas e necessitam de transporte escolar.

Sobre essa necessidade, é interessante observar,

Se, num primeiro momento, a meta educacional do país era corrigir a falta de acesso à escola, no caso da educação do campo, houve nítido esforço para garantir este acesso; porém, por meio da transferência dos alunos de seu espaço social, econômico e cultural para os espaços urbanos, pela via do transporte escolar (Projeto Político-Pedagógico, 2015).

A concepção de educação na escola busca atender, ao mesmo tempo, aos interesses sociais e individuais do campo, o que norteia as práticas pedagógicas e de ensino. Com o objetivo de formar cidadãos capazes e críticos, o colégio tem grande apoio e participação da comunidade, além de incentivar à reflexão, à análise crítica e aos questionamentos.

Seu Projeto Político-Pedagógico obedece à Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, que versa acerca da inclusão, afirmando que “A inclusão escolar não deve se limitar em colocar a criança dentro da sala de aula, é necessário que ela consiga interagir com os outros, de acordo com suas potencialidades”, pois, “A diversidade é um elemento

enriquecedor para a aprendizagem, onde professores, funcionários, escola, alunos e pais devem, portanto, identificar e saber lidar com as diferenças”. Além de respeitar a lei 11.654/08, acerca das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura indígena.

Segundo o regimento do Colégio Maralucia, a Organização do Trabalho Pedagógico – OTP, é constituída pelo Conselho Escolar, direção, representantes da comunidade escolar, além de equipe pedagógica, coordenação, docentes, funcionários, etc. Para que se possa compreender coerentemente este tópico, faz-se necessário entender que:

A compreensão de OTP pode abranger toda ação educativa, seja ela escolar ou não. No entanto, há uma tendência que efetua um corte para a análise desse campo, focalizando-o dentro dos limites da escola. Comumente, a reflexão sobre as práticas pedagógicas se circunscrevem ao âmbito escolar. Dessa forma, no plano das categorias sobre a educação, a aproximação da OTP com a escola formal, institucional é um fato recorrente e majoritário. (...) Entendemos OTP como a organização da educação de modo amplo, que se articula também com a visão formal, ou seja, processos educativos sociais e escolares (MARTINS, 2007).

Sendo assim, fatores como: organização social, rotina familiar, atividades extraclasse, envolvimento da comunidade, projetos escolares, etc. serão abarcados ao tema. Segundo o PPP do colégio,

A construção do Projeto Político Pedagógico enquanto possibilidade de superar os desafios do dia-a-dia, encontrando soluções voltadas para a transformação da nossa realidade, exige continuamente o resgate do sentido humano, científico, libertador e democrático da educação. Neste sentido, a efetivação deste projeto se viabiliza coletiva e democraticamente na participação de todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, funcionários e outros, para a construção da qualidade do ensino-aprendizagem (Projeto Político Pedagógico, 2015).

Pode-se perceber a real intenção de que a proposta se concretize. Ao que se observa, os diferentes segmentos têm participação ativa no dia-a-dia do ambiente de ensino. Com o auxílio dos pais, um auditório foi construído e, sabe-se também que foi com a ajuda dos mesmos que a comunidade conquistou a estadualização da escola, que passaria a atender alunos da 5^a a 8^a séries.

Antes de se explanar acerca das práticas educacionais relacionadas ao campo, é válido frisar que “A compreensão do campo como espaço de vida é própria da concepção de educação do campo, diferente da posição hegemônica sobre o espaço rural, que o vê como um espaço estritamente ligado à produção e ao mercado (...)” (MARTINS, 2007).

Sendo assim, o PPP defende que “O incentivo à reflexão, à análise crítica e aos questionamentos é condição indispensável ao estabelecimento de um verdadeiro diálogo pedagógico (...) em torno do que deve ser aprendido e do que deve ser ensinado”, o que se pôde comprovar durante a visita realizada, através da observação e diálogo com alguns professores e alunos, além de que, “O colégio por ser um espaço motivador, aberto e democrático deve propiciar o acesso à cultura popular e erudita”.

4 | METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Para a realização da pesquisa, foi necessária a adequação de meu projeto com o conteúdo ministrado pela professora regente das turmas de terceiro ano do Ensino Médio que, no momento da coleta de *Corpus*, era a Dissertação Argumentativa.

A Dissertação argumentativa é um tipo de texto comumente mais cobrado no ambiente escolar, uma vez que costuma ser pedido com frequência em provas de diversos vestibulares, concursos públicos, exames de avaliação educacional e entrevistas de emprego. Para Gonçalves,

Ao ensinar a dissertação, a escola procura desenvolver a capacidade lógica dos estudantes ao fazer com que exponham suas opiniões, argumentos, teses, contra-argumentos. Ou seja, devemos vê-la como, no dizer bakhtiniano, não apenas por possuir a estrutura canônica conhecida: introdução, desenvolvimento e conclusão, mas, sobretudo, por ter sua estrutura composicional, conteúdo temático e estilo individual (GONÇALVES, 2005).

A Dissertação é um texto opinativo e temático. Para Platão & Fiorin (1999, p. 252), “Dissertação é o tipo de texto que analisa, interpreta, explica e avalia os dados da realidade”, tendo como características, ainda, segundo os autores:

- a. É um texto temático, trata de análises e interpretações genéricas;
- b. Apresenta mudanças de situação;
- c. Possui uma ordenação que obedece às relações lógicas: analogia, pertinência, causalidade, coexistência, correspondência, implicação, etc..
- d. O tempo da dissertação é, em geral, o presente no seu valor atemporal;

Vale frisar que, na Dissertação, o enunciador do texto manifesta explicitamente sua opinião ou seu julgamento (PLATÃO; FIORIN, 1990, p. 301), procurando convencer seu leitor de seu posicionamento, sua tese, através da argumentação.

Além dos aspectos citados, a Dissertação deve contar, ainda com introdução, desenvolvimento e conclusão. Segundo Roberta de Sousa, que escreve para o site Infoescola, na introdução, deve-se expor claramente o tema que será desenvolvido; no corpo do texto, deve-se organizar os argumentos, visando a defender um posicionamento. Já na conclusão é necessário sintetizar o problema, propor uma solução.

5 | O TRABALHO COM A LÍNGUA PORTUGUESA

Aqui será exposto de forma sucinta a pesquisa desenvolvida através da produção textual no contexto da Escola do Campo Maralucia. Como já explicitado, a pesquisa se desenvolveu em torno da produção escrita de dissertações escolares, coletadas no momento em que a docente visava preparar seus alunos para a prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Foram, então, analisados dois textos do contexto

de produção rural cujos comentários serão descritos aqui.

Em ambas as produções, pode-se perceber que os textos possuem parágrafos de acordo com a estrutura da dissertação: introdução, desenvolvimento e conclusão. Entretanto, essas partes não ficam claras ao serem desenvolvidas.

Os textos são escritos com base no senso comum, porém adequados à temática; apresentam marcas de oralidade. Em determinados momentos, é perceptível certa confusão, tanto pelo uso de elementos coesivos quanto pela falta de pontuação, por exemplo. A linguagem empregada na produção é coerente com a característica da proposta de produção.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado no início deste artigo, ao término das explanações acerca das produções textuais na escola do campo, teceríamos algumas reflexões acerca do ensino nesse ambiente de aprendizagem, relacionando-o com o 'ensino urbano'.

Após analisar as produções textuais dos dois ambientes de ensino, pode-se perceber que não há grande divergência entre as mesmas. Os erros e equívocos são similares: embora os alunos respeitem as estruturas solicitadas, acabam não respeitando, por exemplo, a forma de interação. Outro ponto interessante a ser observado é que em todos os casos não há fuga do senso comum.

É importante considerarmos aqui, que segundo Marcuschi, a análise de gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e de uma descrição da língua e visão da sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral (MARCUSCHI, 2008, p. 149).

Entretanto, o que pudemos concluir é que os textos se apresentaram bastantes homogêneos, com as mesmas características e, até, mesmos 'problemas' das redações produzidas na cidade, não apresentando, como se esperava, particularidades que, de certa forma, pudessem indicar sua 'origem rural ou urbana'.

Segundo Bortoni-Ricardo (2011, p. 12),

Os migrantes rurais que se estabelecem nas cidades são semiletrados e falam variedades regionais e rurais do português que exibem surpreendentemente um alto grau de uniformidade – se considerada a imensa extensão territorial do país e que tentem a amalgamar-se com as variedades urbanas não padrão (BORTONI-RICARDO, 2011, p.12).

Embora a autora se refira à fala, trata-se de um fato que pode ser notado também na escrita. Os alunos das outras produções são alunos de núcleos urbanos, mas suas origens são rurais ou rurbanas (segundo Bortoni-Ricardo, este termo pode ser usado para definir populações rurais com interação com a cultura urbana e populações urbanas com razoável preservação de seus antecedentes rurais), ou seja, são migrantes e filhos, netos de migrantes do campo para a cidade. Suas variedades linguísticas são trazidas para a cidade e formam, nesses núcleos urbanos, uma nova

variedade que está tão distante da norma culta/padrão da Língua Portuguesa, como do dialeto caipira. Do mesmo modo, nas produções escritas, tanto do núcleo do campo como do urbano, temos uma semelhança de textos, considerando todos os fatores analisados nas redações. Esse resultado vai de encontro ao senso comum, carregado de preconceito, que julga as produções urbanas melhores que as originadas de escolas do campo.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Michail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Do campo para a cidade** – estudo sociolinguísticos de migração e redes sociais. São Paulo: Parábola, 2011.

Caderno SECAD/MEC, 2007. Disponível em <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educacaocampo.pdf> Acesso em 01 de junho de 2016.

COSTA, Lucinete Gadelha. A Educação do Campo em uma perspectiva da educação popular. In: GHEDIN, Evandro. **Educação do Campo: Epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHELLERE, Francielle de Camargo. **Educação Infantil do Campo e as Políticas Internacionais: novas lutas, tendências e contradições**. Nº 174 folhas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Angela Mara de Barros Lara. Maringá, 2014.

GONÇALVES, A. V.. **Dissertação escolar, transposição didática e refacção**. In: III Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 2005, Santa Maria. Anais ... SIGET, 2005. p. 01-07.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Fernando José. **Organização do trabalho pedagógico e Educação do Campo**. UFSM, Edição 2008, vol. 33, n. 01, 2007.

MEC, 2002. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso em 17 de novembro de 2016.

MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONDE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Izabel. **Educação do Campo: Reflexões e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do campo**. Curitiba: SEED/PR, 2006.

PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luiz. **Para entender o texto**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1999.

Projeto Político-Pedagógico. **Colégio Estadual Maralucia Ensino Fundamental e Médio**, 2015.

VENDRAMINI, Célia Regina. SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. Educação do campo: uma particularidade na universidade. IN: MELO, Alessandro de; HIDALGO, Ângela Maria; SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert. **Terra e Educação**: contexto e experiências em educação do campo. Guarapuava: Ed. aa Unicentro, 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-477-1

